

PREF.MUN.DE VL BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Estudo Técnico Preliminar 172/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: Indicado Posteriormente

2. Descrição da necessidade

A aquisição de placas para identificação dos veículos oficiais das Secretarias Municipais de Vila Bela da Santíssima Trindade justifica-se pela indispensável necessidade de regularização e padronização da frota pertencente à Administração Pública Municipal. A devida identificação assegura maior controle patrimonial, facilita a gestão e utilização dos veículos, além de reforçar a transparência e a visibilidade no uso dos bens públicos.

As placas constituem instrumento essencial para a adequada circulação dos veículos, em conformidade com a legislação vigente, garantindo que possam desempenhar suas funções de forma regular e segura. Além disso, possibilitam a distinção entre veículos oficiais e particulares, o que contribui para o fortalecimento da confiança da população nos serviços prestados e no zelo com o patrimônio público.

Portanto, a aquisição proposta é fundamental para assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais das secretarias municipais, viabilizando o deslocamento adequado para o atendimento das demandas coletivas e promovendo a eficiência e a eficácia na execução das políticas públicas locais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretário Municipal de Promoção de Igualde Racial	Adrian El kadri de Moraes
Secretária Municipal de Cultura	Czarina Farias de Brito
Secretário Municipal de Turismo	Douglas Unger
Secretário Municipal de Meio Ambiente	Francisco Roobin Profeta Vieira
Secretário Municipal de Saúde	Miguel Junior dos Santos Melo
Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos	Valdecir Schwaab
Secretária Municipal de Assistência Social	Angelica Lima Canteiro Bringsken
Secretária Municipal de Educação	Geiseli Rafaela da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos:

- Conformidade legal:** As placas deverão ser confeccionadas e registradas em observância à legislação de trânsito vigente (Código de Trânsito Brasileiro – CTB) e às normas expedidas pelos órgãos competentes (DETRAN/CONTRAN).

Especificações técnicas:

- Placas no padrão oficial estabelecido pelo sistema nacional de identificação veicular.
- Material resistente, com durabilidade adequada ao uso contínuo, exposição solar e intempéries.
- Garantia de legibilidade, segurança contra falsificação e compatibilidade com sistemas de fiscalização eletrônica.

1. Abrangência da contratação:

Atendimento a toda a frota de veículos oficiais das Secretarias Municipais, em quantidade suficiente para atender à demanda atual e possíveis substituições. Inclusão de serviços de emplacamento e regularização junto ao órgão competente, quando necessário.

2. Prazos e entrega:

A entrega e instalação das placas deverão ocorrer dentro do prazo estabelecido em contrato, de forma a não comprometer a circulação e utilização dos veículos oficiais.

3. Qualidade e garantia:

O fornecedor deverá garantir a conformidade e autenticidade das placas emitidas. Substituição em caso de defeitos ou não conformidade com as especificações legais.

4. Custos e eficiência:

O processo de aquisição deve assegurar economicidade, observando-se os princípios da Administração Pública, sem prejuízo da qualidade e da conformidade legal.

Art. 1º Esta Portaria estabelece as regras para o credenciamento de empresas fornecedoras de sistemas informatizados (softwares) e de empresas estampadoras de Placas de Identificação Veicular (PIV) no âmbito do Estado de Mato Grosso, bem como as disposições sobre infrações e penalidades.

Art. 2º O credenciamento será concedido de forma precária, sem direito adquirido pela pessoa jurídica interessada, vinculado exclusivamente ao interesse público, e sem ônus financeiro ao Estado de Mato Grosso

Seção I - Dos Conceitos

Art. 3º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - Fabricante de Placa de Identificação Veicular (PIV): empresa credenciada pelo Departamento

Nacional de Trânsito (DENATRAN) para exercer atividades de fabricação, logística, gerenciamento informatizado e distribuição de PIV semiacabadas para os estampadores;

II - Estampador de Placa de Identificação Veicular (PIV): empresa credenciada pelo Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (DETRAN-MT) e pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN) para exercer, exclusivamente, o serviço de acabamento final das PIV e sua comercialização junto aos proprietários de veículos;

III - Placa de Identificação Veicular (PIV): produto resultante da estampagem realizada em placa semiacabada adquirida de fabricante credenciado pelo SENATRAN, a ser afixado em veículos para fins de identificação veicular;

IV - Empresa Fornecedora de Sistemas Informatizados (softwares): empresa credenciada pelo DETRAN-MT para fornecer sistemas de gerenciamento de emplacamento homologados, conforme especificações desta Portaria, de uso obrigatório pelas empresas estampadoras de PIV credenciadas;

V - Credenciamento: processo administrativo inicial ou da pessoa jurídica ou física descredenciada, independente da forma, em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

VI - Renovação do Credenciamento: Processo administrativo em que a pessoa física ou jurídica credenciada comprova junto a Administração pública, que mantém os requisitos de habilitação;

Seção II - Da Validade do Credenciamento

Art. 4º O credenciamento das empresas terá validade conforme a modalidade, contada a partir da data de publicação do respectivo ato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso:

I - Para Empresas Fornecedoras de Sistemas de Estampagem: validade de 5 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento da empresa interessada, desde que mantidos os critérios de credenciamento;

II - Para Empresas Estampadoras de placas: validade de 5 (cinco) anos, igualmente passível de renovação mediante requerimento, desde que mantidos os critérios de credenciamento.

5. Levantamento de Mercado

Na forma do disposto no artigo 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, quando do levantamento de mercado, para fins de identificação das possíveis soluções existentes, a equipe de planejamento deve evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, realizando uma análise comparativa entre as soluções identificadas, com o objetivo de identificar aquela que apresente maior vantajosidade econômica, ganhos de eficiência administrativa, continuidade sustentável social e ambiental, incorporação de tecnologias, possibilidade de compra e opções menos onerosas à Administração Pública.

Considerando as demandas rotineiras da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto **o Registro de Preço para aquisição de placas destinadas à identificação de veículos oficiais**, indispensáveis ao desenvolvimento das atividades administrativas.

Por se tratar de bens comuns, de uso cotidiano e baixa complexidade, cuja padronização e disponibilidade no mercado são amplamente conhecidas, é dispensada a realização de levantamento detalhado de mercado, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a aquisição não envolve especificações técnicas complexas nem inovação tecnológica que exija estudos aprofundados.

A contratação deverá ser direcionada a empresa cujo ramo de atividade seja compatível com o fornecimento de placas para identificação de veículos oficiais, garantindo-se a observância aos princípios da isonomia, economicidade e eficiência, previstos na legislação vigente.

Foi realizada pesquisa de mercado no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, disponível no endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1>, com o objetivo de identificar contratações similares ao objeto pretendido. O levantamento contemplou **contratos administrativos e Atas de Registro de Preços** vigentes, formalizados por diferentes órgãos da Administração Pública.

A análise das informações obtidas demonstra a **recorrência** desse tipo de contratação, bem como a **viabilidade técnica** e a **vantajosidade econômica** para a Administração, considerando que os objetos apresentam características e especificações compatíveis com as necessidades deste processo.

Ressalta-se que as contratações foram consultadas no próprio site oficial, conforme demonstrado abaixo e anexos.

Órgão	Nº da Ata/Contrato	Data Inicial da Vigência
Município de BRASILANDIA	017/2025	01/07/2025
Município de Guamiranga	13/2025	18/08/2025
Município de UBA	10/2025	11/03/2025
Município de Princesa	70/2024	14/10/2024
Município de Palmera	201/2024	13/06/2024

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na **aquisição de placas para identificação de veículos oficiais** do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais no desenvolvimento das atividades administrativas. A utilização de veículos oficiais devidamente identificados é medida indispensável para garantir transparência, rastreabilidade, controle patrimonial e padronização da frota pública, em conformidade com as boas práticas de gestão pública.

A contratação será direcionada a empresa devidamente credenciada junto aos órgãos competentes e autorizada para a confecção e fornecimento de placas veiculares, conforme normas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), assegurando qualidade, regularidade e legalidade do objeto contratado.

O prazo de vigência contratual será de **12 (doze) meses**, prorrogáveis até o limite de **24 (vinte e quatro) meses**, conforme disposto no art. 106 da Lei nº 14.133/2021. Tal prorrogação justifica-se pela necessidade de manutenção contínua das atividades administrativas e de mobilidade da Administração, assegurando o atendimento das demandas que possam surgir no decorrer do período.

Considerando que o objeto caracteriza-se como **bem comum, de especificação padronizada e de baixa complexidade**, com ampla oferta no mercado, a contratação poderá ser realizada por meio de **Registro de Preços (SRP)**, conforme art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

Essa sistemática possibilitará que a Administração realize aquisições de forma **sob demanda**, de acordo com a necessidade efetiva das Secretarias Municipais, evitando desperdícios de recursos públicos e garantindo maior economicidade.

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **01 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e com anuência do fornecedor.

Importante ressaltar que o processo de aquisição das placas não possui caráter sigiloso, estando sujeito à publicidade e ao acesso por qualquer interessado, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Por fim, destaca-se que a contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, limitando-se ao fornecimento do objeto pactuado. O objetivo é garantir a disponibilidade de placas de identificação de veículos oficiais pelo período previsto, assegurando transparência, eficiência administrativa e atendimento adequado às necessidades do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de quantitativos para esta contratação foi elaborada com base nas solicitações constantes nas **Comunicações Internas (C.I.s)** encaminhadas pelas Secretarias Municipais, devidamente anexadas ao **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**.

A solução recomendada contempla um período de vigência de **12 (doze) meses**, visando atender de forma contínua e eficiente às demandas dos setores solicitantes.

Para subsidiar o cálculo da memória de quantitativos e valores desta contratação, foi anexado o **saldo das contratações anteriores**, organizado por órgão/unidade, conforme o organograma do processo anterior.

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAIS	QUANT	UND
01	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULO - EM ALUMINIO DO TIPO MERCOSUL, PARA VEÍCULO OFICIAL MOTOCICLETA (TCE 74245-7)	17	UND
02	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULO- EM ALUMÍNIO DO TIPO MERCOSUL, PARA IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL (TCE 00055311)	110	PAR
03	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULO- EM ALUMÍNIO DO TIPO MERCOSUL, PARA IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL (TCE 00055311)	109	UND

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 69.123,75

Considerando que a estimativa de valor da contratação foi elaborada de forma simultânea à construção deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), optou-se por sua adoção como referência definitiva para o planejamento da contratação. Ressalta-se que foram realizadas cotações junto a três empresas do ramo, com o objetivo de subsidiar a composição da estimativa de preços. Contudo, até a finalização deste ETP, foi solicitado por e-mail cotação de preços para as empresas **Stil Placas - Vasconcelos LTDA - CNPJ 01092849000103**, **Leal Placas- CNPJ:47.373.463/0001-62**, **V. Paulo de Vasconcelos Nascimento CNPJ: 09.608.386/0001-93**.

Somente a Leal Placas que deu retorno , além da pesquisa pegamos o valor do preço público realizada no site Radar de Preços do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (<https://radardeprecos.tce.mt.gov.br/>), painel de preços (<https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/analise-materiais>) referente ao objeto de aquisição de placas para identificação de veículos oficiais. Como critério de análise, foi considerada a mediana dos valores encontrados.

A estimativa adotada, portanto, encontra-se devidamente fundamentada, com base em fontes oficiais e técnicas reconhecidas, o que dispensa, neste momento, a necessidade de novas pesquisas. Tal procedimento busca assegurar celeridade ao processo, sem prejuízo aos princípios da economicidade, eficiência e adequação da solução proposta.

Vale ressaltar que a somatória de todos os itens de contratação estão anexados e o total do valor estimado da contratação é de R\$ **69.123,75** (sessenta e nove mil cento e vinte e três e setenta e cinco centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAIS	QUANT	UND	VALOR UN	VALOR TOTAL
01	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULO - EM ALUMINIO DO TIPO MERCOSUL, PARA VEÍCULO OFICIAL MOTOCICLETA (TCE 74245-7)	17	UND	R\$ 220,00	R\$3.740,00
02	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULO- EM ALUMÍNIO DO TIPO MERCOSUL, PARA IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL (TCE 00055311)	110	PAR	R\$392,50	R\$43.175,00
03	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULO- EM ALUMÍNIO DO TIPO MERCOSUL, PARA IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL (TCE 00055311)	109	UND	R\$203,75	R\$22.208,75
Valor total = R\$69.123,75					

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a decisão quanto ao parcelamento da contratação deve considerar os princípios da **eficiência**, **economicidade** e os **objetivos institucionais**. Após análise detalhada das necessidades da Administração e das especificações constantes no Termo de Referência, concluiu-se que **é viável o parcelamento da solução, por item**, uma vez que a natureza dos serviços e/ou bens a serem contratados permite tal divisão **sem prejuízo à funcionalidade, continuidade ou qualidade do atendimento**.

O parcelamento por item **favorece a ampliação da competitividade**, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores especializados em cada item específico, o que tende a gerar **melhores condições comerciais e preços mais vantajosos** para a Administração. Além disso, esta abordagem está alinhada com o princípio da **seleção da proposta mais vantajosa**, previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

A contratação será realizada **sob demanda**, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de forma racional e proporcional à real necessidade da Administração, o que reforça o compromisso com a economicidade e a boa gestão orçamentária.

Portanto, considerando a viabilidade técnica do parcelamento, seus benefícios à eficiência administrativa, e o aumento da competitividade no certame, **a contratação será estruturada por item**, conforme orienta a legislação vigente e as boas práticas de contratações públicas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Conforme estabelecido no inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, é importante analisar a necessidade de contratações correlatas e /ou interdependentes para a viabilidade da demanda em questão no presente caso, a contratação, trata-se de uma demanda específica e autônoma, não havendo necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para sua viabilidade. Além disso, não há elementos que justifiquem a vinculação desta contratação a outras, uma vez que se trata de um serviço único e bem definido. Portanto, a realização de contratações correlatas ou interdependentes não se faz necessária para atender às exigências legais e aos objetivos da Administração. Dessa forma, com base na legislação vigente e nas características da demanda, concluímos que não há justificativa para a realização de contratações correlatas/interdependentes no contexto desta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O **Plano de Contratação Anual (PCA)** é um instrumento essencial para o planejamento estratégico da Administração Pública, pois orienta as contratações de acordo com as metas e prioridades estabelecidas nos instrumentos de planejamento, como o **Plano Plurianual (PPA)** e a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**.

Para o exercício de 2025, o PCA encontra-se devidamente publicado no **Diário Oficial**, por meio do **Decreto Municipal nº 081/2025**. Paralelamente, já estão sendo realizados avanços significativos no planejamento para 2026, com a previsão de aprimorar e consolidar a utilização desse instrumento.

Essa iniciativa reforça o compromisso da Administração em **eleva a eficiência e a transparência** na gestão pública, garantindo que as contratações estejam alinhadas às projeções orçamentárias e aos objetivos estratégicos definidos. Assim, busca-se assegurar que todas as aquisições e contratações sejam **planejadas, legalmente amparadas** e direcionadas à execução eficaz das políticas públicas, atendendo de forma adequada às necessidades da população.

A conclusão e aprovação do PCA representam um marco para uma gestão **mais estratégica, integrada e responsável**, fortalecendo a governança e o uso eficiente dos recursos públicos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a aquisição das placas de identificação, a Prefeitura Municipal e seus departamentos terão seus veículos oficiais devidamente regularizados e identificados, em conformidade com as normas de trânsito vigentes. Essa medida possibilitará maior controle e fiscalização da frota, garantindo transparência no uso dos bens públicos, além de facilitar a gestão administrativa e logística. Como consequência, espera-se maior eficiência na utilização dos veículos, segurança jurídica e institucional, e a melhoria na prestação dos serviços à população.

13. Providências a serem Adotadas

A contratação das placas de identificação não exige adequações físicas ou estruturais, visto que os objetos adquiridos serão destinados diretamente à instalação nos veículos oficiais. A única providência necessária será o encaminhamento dos veículos para a devida fixação das placas, em conformidade com as normas de trânsito e regulamentações aplicáveis.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 estabelece a obrigação de considerar os impactos ambientais na contratação pública. A contratação para o fornecimento e instalação de placas veiculares também considera os impactos ambientais decorrentes da execução do contrato. Dentre os principais aspectos relacionados aos impactos ambientais, destacam-se:

Sustentabilidade: A escolha de placas veiculares fabricadas com materiais sustentáveis e duráveis contribui para a redução do consumo de recursos naturais e minimiza o impacto ambiental decorrente da produção e descarte de materiais. **Redução de resíduos:** A garantia de qualidade e durabilidade das placas instaladas minimiza a geração de resíduos provenientes da substituição frequente de placas danificadas, promovendo a redução do volume de resíduos sólidos descartados no meio ambiente.

Ao considerar esses aspectos, a contratação busca mitigar os impactos ambientais associados às atividades de emplacamento de veículos, promovendo práticas sustentáveis e contribuindo para a preservação do meio ambiente local. Portanto, ao considerar os impactos ambientais, a contratação está em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei 14.133/21 e contribui para a promoção da sustentabilidade ambiental na contratação pública. Além disso, será solicitado à empresa contratada que adote práticas sustentáveis. Dessa forma, a contratação não apenas atende às necessidades da administração pública, mas também promove a responsabilidade socioambiental por parte da empresa fornecedora.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante da análise detalhada dos elementos apresentados, é possível afirmar que a contratação da empresa especializada através de registro de preço é plenamente viável e justificada, atendendo aos preceitos legais e às necessidades específicas da Administração Pública. Diversos fundamentos legais respaldam a escolha dessa solução:

Atendimento da necessidade: A contratação aborda diretamente a demanda por emplacamento de veículos da frota municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, MT, garantindo a regularização e segurança dos veículos em conformidade com as normas vigentes.

Conformidade legal: A contratação assegura a conformidade com a legislação de trânsito, garantindo que todos os veículos estejam devidamente emplacados de acordo com as exigências legais, incluindo o padrão Mercosul.

Eficiência e sustentabilidade: A escolha de placas veiculares duráveis e sustentáveis, aliada à instalação correta e segura, contribui para a eficiência e sustentabilidade da frota municipal, reduzindo custos futuros e minimizando impactos ambientais.

Justificativas Legais:

- A contratação está em conformidade com a Lei 14.133/2021, que estabelece as normas gerais para licitações e contratos administrativos, garantindo a legalidade e transparência do processo.
- O contrato resultante do processo licitatório está sujeito às penalidades previstas na nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e demais normativas vigentes.

As penalidades podem abranger advertências, multas, suspensões temporárias de participação em licitações e contratações, além da possibilidade de declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública.

Além das penalidades expressamente previstas na nova Lei de Licitações, o contrato também deve se submeter a outras legislações pertinentes, como normas específicas do setor, regulamentos, decretos e demais dispositivos legais aplicáveis ao objeto contratual. Dessa forma, o contrato torna-se um instrumento que reflete não apenas as disposições da nova Lei de Licitações, mas também a total conformidade com o arcabouço jurídico vigente.

Ao incluir tais disposições no contrato, busca-se garantir a integridade do processo licitatório, a transparência nas relações contratuais e o cumprimento das normas legais, promovendo uma gestão eficiente e ética dos recursos públicos. Portanto, a observância das penalidades estipuladas na legislação aplicável é crucial para assegurar o adequado funcionamento do contrato e a responsabilidade dos envolvidos no âmbito da Administração Pública.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TANGRIANE MIRANDA DA SILVA MEDEIROS

secretária



Assinou eletronicamente em 16/09/2025 às 14:30:03.

ANGELICA LIMA CANTEIRO

Secretária Municipal de Assistência Social



Assinou eletronicamente em 16/09/2025 às 21:14:27.

ADRIAN EL KADRI DE MORAES

Secretário Municipal de Promoção de Igualde Racial



Assinou eletronicamente em 16/09/2025 às 15:29:39.

CZARINA FARIAS DE BRITO

Secretária Municipal de Cultura



Assinou eletronicamente em 16/09/2025 às 15:13:54.

DOUGLAS UNGER

Secretário Municipal de Turismo



Assinou eletronicamente em 16/09/2025 às 15:34:57.

FRANCISCO ROOBIN PROFETA VIEIRA

Secretário Municipal de Meio Ambiente



Assinou eletronicamente em 16/09/2025 às 15:20:01.

MIGUEL JUNIOR DOS SANTOS MELO

Secretário Municipal de Saúde



Assinou eletronicamente em 16/09/2025 às 16:48:24.

VALDECIR SCHWAAB

Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos



Assinou eletronicamente em 18/09/2025 às 08:36:53.

GEISIELI RAFAELA DA SILVA

Secretária Municipal de Educação



Assinou eletronicamente em 16/09/2025 às 15:45:28.